

Brasil não terá perdão da dívida

Silvio Ferraz
Correspondente

PARIS — O presidente do Clube de Paris — a associação dos credores públicos das dívidas externas —, Jean-Claude Trichet, não acenou com qualquer facilidade para o governo brasileiro nos moldes das que foram conseguidas pelo governo polonês. A Polônia, há poucos dias, conseguiu o perdão de metade da sua dívida externa com os governos. A proposta lhe foi apresentada ontem, na capital francesa, pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

A argumentação do coordenador dos credores é de que tanto a Polônia quanto o Egito — países para os quais a dívida será cancelada pela metade — são de baixa renda, o que não seria o caso brasileiro. A ministra brasileira esclareceu que a situação econômico-financeira do país passa por um período grave, capaz de justificar uma ajuda semelhante. “Não é necessário o perdão de metade da dívida, mas sim condições mais favoráveis para a sua amortização”, precisou a ministra.

Zélia Cardoso de Mello afirmou que o Brasil concederá perdão à Polónia de metade da sua dívida — US\$ 3,8 bilhões — ainda que não obtenha dos demais países industrializados o mesmo tratamento. “Somos um país coerente. Não podemos negar a alguém o que pleiteamos para nós”, disse.

A ministra brasileira esteve ontem pela manhã com um grupo de empresários franceses, na Embaixada do Brasil, a quem explicou as novas diretrizes da política econômica, assim como os seus principais indicadores. “É impressionante como esse diálogo é importante, pois só com ele podemos aferir a confiança dos empresários no Brasil. É uma visão totalmente diferente da dos banqueiros”, observou. À tarde, visitou Jean-Claude Trichet e o ministro da Economia e Finanças da França, Pierre Bérégovoy. Com Bérégovoy, Zélia não apenas passou em revista a economia brasileira, como informou do plano de acertar as contas atrasadas com o governo francês.

Pelas suas contas, há um atrasado de US\$ 570 milhões com a Companhia Francesa de Seguro às Exportações — entidade pública que garante o pagamento das importações feitas pelos compradores estrangeiros à França. Este atrasado será pago em três parcelas sucessivas, enquanto que os pagamentos desse ano estão sendo feitos de forma normal. A regularização dessa situação propiciará financiamento para a venda dos aviões Tucano da Embraer, por exemplo.

Zélia repudiou a atitude adotada pela presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que, atendendo à recomendação de alguns países industrializados, decidiu adiar por dois meses o envio de dois projetos de caráter social

para decisão de sua diretoria. Os dois projetos, um para a Finep, outro para o Ministério de Ação Social, totalizam cerca de US\$ 500 milhões. “É inadmissível que uma agência multinacional sirva de instrumento de pressão para os bancos privados”, declarou a ministra. O BID adotou esta atitude para forçar o governo brasileiro a acertar seus débitos com os bancos credores por pressão dos Estados Unidos, França, Canadá, Japão e Grã-Bretanha.

Zélia declarou-se ainda confortada pelo fato de o Brasil não ter tido seu protesto apoiado apenas pelo círculo restrito dos países latino-americanos e, portanto, endividados também. “Recebemos apoio da Áustria, Suíça, Noruega, Alemanha e Itália, que fizeram questão de registrar seu alheamento desse tipo de pressão”, frisou. Zélia disse ainda que o Brasil jamais deixou de pagar a uma instituição multilateral, principalmente ao BID.

Indagada sobre o andamento das negociações para o fechamento do esquema de pagamento da dívida externa, a ministra declarou que “isso se encontra na fase de conta de chegar”. E disse: “Estamos discutindo detalhes. Um por cento a mais, um a menos. Enfim, aproximações sucessivas.” Perguntada se o acordo com os bancos poderá sair até o fim desta semana, Zélia olhou o calendário do relógio e disse: “Acho meio difícil, mas não está longe.”